

Francisco Sérgio Maia Alves  
Benjamin Zymler

# PROCESSO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Prefácio Marçal Justen Filho

FORUM

Francisco Sérgio Maia Alves  
Benjamin Zymler

# PROCESSO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

**Prefácio**

*Marçal Justen Filho*

**Área específica**

DIREITO ADMINISTRATIVO.

**Áreas afins**

DIREITO FINANCEIRO; CONTROLE EXTERNO.

**Palavras-chave**

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – CONTROLE EXTERNO – PROCESSO.

**FORMATO:** 17 × 24 cm

**CÓDIGO:** 3085

O controle da Administração Pública federal é realizado segundo diferentes aspectos, por variadas instituições, cada qual com atribuições e poderes próprios. O presente trabalho se dedica ao estudo de uma modalidade especial deste, o controle orçamentário e financeiro, exercido pelo Tribunal de Contas da União em auxílio ao Congresso Nacional, consoante as balizas estabelecidas na Lei Maior.

O objetivo da obra é descrever as características institucionais do TCU, as suas competências e, principalmente, a estrutura de seu processo, conforme a Constituição Federal, a sua Lei Orgânica e o seu Regimento Interno.

As especificidades da atuação do Tribunal se refletem em seu processo, o qual possui características próprias que o diferenciam do processo judicial e do administrativo. Por esse motivo, é substancial entender os ritos e os atos que o compõem, assim como as várias formas de manifestação do TCU, na concretização de sua função de controle externo.

Dentro desse propósito, os autores fizeram uma exaustiva análise da legislação de regência, buscando extrair a melhor interpretação do Direito e das normas processuais aplicáveis ao Tribunal, conforme uma visão própria, ancorada na doutrina e na jurisprudência.

Considerando o princípio da simetria, que impõe um núcleo de atuação uniforme aos diversos tribunais de contas, a partir do desenho constitucional das atribuições do TCU, as ponderações trazidas nesta obra podem ser aproveitadas para a compreensão de todo o sistema de controle orçamentário e financeiro da Administração Pública.

Assim, o livro se apresenta como uma importante fonte de consulta a gestores públicos, advogados e todos aqueles que atuam profissionalmente no sistema de tribunais de contas ou se interessem pelo estudo acadêmico do tema.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

A474p	Alves, Francisco Sérgio Maia Processo do Tribunal de Contas da União / Francisco Sérgio Maia Alves, Benjamin Zymler. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 615 p. 17x24cm  ISBN 978-65-5518-571-3  1. Tribunal de Contas da União. 2. Controle externo. 3. Processo. I. Alves, Francisco Sérgio Maia. II. Zymler, Benjamin. III. Título.  CDD: 347.05 CDU: 347.9
-------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

ALVES, Francisco Sérgio Maia; ZYMLER, Benjamin. *Processo do Tribunal de Contas da União*. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 615 p. ISBN 978-65-5518-571-3.

**Francisco Sérgio Maia Alves**

Auditor Federal de Controle Externo no Tribunal de Contas da União. Mestre em Direito e Políticas Públicas pelo Centro Universitário de Brasília (CEUB). Graduado em Direito pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e em Engenharia Civil Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Autor e coautor de várias obras e artigos jurídicos. Assessor de Ministro.

**Benjamin Zymler**

Ministro no Tribunal de Contas da União desde 2001. Mestre em Direito e Estado pela Universidade de Brasília (UnB). Graduado em Direito pela UnB e em Engenharia Elétrica pelo Instituto Militar de Engenharia (IME). Autor e coautor de várias obras e artigos jurídicos.

PREFÁCIO	
<b>Marçal Justen Filho</b> .....	17
APRESENTAÇÃO.....	19

PARTE I  
FUNDAMENTOS DO CONTROLE EXTERNO, COMPETÊNCIAS  
E RESPONSABILIDADE FINANCEIRA

CAPÍTULO 1	
CONTROLE .....	23
1.1 As diversas acepções e manifestações do fenômeno do controle.....	23
1.2 Controle das atividades administrativa e de gestão de bens e valores públicos .....	27
1.3 Controle financeiro pelos Tribunais de Contas.....	32
CAPÍTULO 2	
EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO TRIBUNAL DE CONTAS NO BRASIL .....	37
2.1 Sistema de controle prévio .....	37
2.1.1 Origem.....	37
2.1.2 Constituição de 1891.....	38
2.1.3 Constituição de 1934.....	39
2.1.4 Constituição de 1937.....	40
2.1.5 Constituição de 1946.....	40
2.2 Sistema de controle por meio de auditorias e inspeções .....	41
2.2.1 Constituição de 1967.....	41
2.2.2 Constituição de 1969.....	45
CAPÍTULO 3	
CONTROLE FINANCEIRO SEGUNDO A CF/1988.....	47
3.1 Modalidades de fiscalização .....	49
3.2 Parâmetros de controle .....	50
3.2.1 Controle da legalidade.....	50
3.2.2 Controle da legitimidade.....	55
3.2.3 Controle de economicidade.....	57
3.3 O espaço objetivo de incidência do controle financeiro realizado pelo Tribunal de Contas da União.....	59
3.4 Relação com outras instâncias de controle.....	65
3.5 Sujeitos da jurisdição do TCU.....	66
CAPÍTULO 4	
COMPETÊNCIAS DO TCU SEGUNDO A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E AS DEMAIS NORMAS DE REGÊNCIA.....	71
4.1 Competência de emitir parecer prévio sobre as contas do presidente da república.....	74
4.2 Competência de julgamento das contas .....	75
4.3 Competência de registrar atos de pessoal.....	82
4.4 Competência de realizar auditorias e inspeções .....	85
4.4.1 Competência de realizar auditoria operacional .....	89
4.5 Competência sancionatória .....	97
4.5.1 Infrações e sanções processadas pelo TCU .....	98
4.5.1.1 Fraude comprovada à licitação.....	100

4.5.1.2	Condenação do responsável em débito .....	101
4.5.1.3	Irregularidades na gestão de recursos públicos sem a ocorrência de débito .....	101
4.5.1.4	Descumprimento do dever de cooperar com o exercício das atribuições de controle externo .....	104
4.5.1.5	Descumprimento de decisões do TCU .....	106
4.5.1.6	Infrações contra as leis de finanças públicas .....	108
4.5.2	Dosimetria das sanções .....	109
4.5.3	Sujeito ativo das sanções .....	112
4.6	Competência corretiva .....	115
4.6.1	Competência corretiva em contratos de obras públicas .....	118
4.7	Competência impeditiva .....	121
4.7.1	O ato de sustar .....	123
4.7.2	Caminhos possíveis quanto à sustação do contrato .....	126
4.7.3	A sustação do contrato pelo Congresso Nacional .....	126
4.7.4	A não sustação do contrato pelo Congresso Nacional .....	127
4.7.5	A omissão do Congresso Nacional e a atuação do TCU .....	128
4.8	Competência consultiva .....	134
4.9	Competência de apreciar em abstrato questões de direito .....	136
4.10	Competência de apreciar conflito de lei ou de ato normativo do Poder Público com a CF/1988 .....	141
4.11	Competência de promover o exame incidental de inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo do Poder Público .....	142
4.12	Competência para acompanhar, fiscalizar e avaliar os processos de desestatização .....	147
4.13	Competência cautelar .....	149
4.13.1	Afastamento temporário do responsável .....	153
4.13.2	Decretação da indisponibilidade de bens do responsável .....	154
4.13.3	Solicitação de arresto dos bens .....	157
4.13.4	Suspensão do ato ou procedimento .....	159
4.13.5	Suspensão da execução de contrato .....	160
4.13.6	Retenção cautelar de valores .....	168
4.13.7	Apresentação de garantia processual .....	171

## CAPÍTULO 5

TEORIA DA RESPONSABILIDADE APLICADA AO CONTROLE EXTERNO .....	181	
5.1	Princípios aplicáveis à responsabilização financeira pelos tribunais de contas .....	183
5.1.1	Princípio da reserva legal .....	183
5.1.2	Princípio da tipicidade ou da legalidade punitiva .....	184
5.1.3	Princípio da individualização da pena .....	186
5.1.4	Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade .....	188
5.1.5	Princípio da absorção ou da consunção .....	191
5.1.6	Princípio da pessoalidade ou da intranscendência da pena .....	191
5.1.7	Princípio da vedação ao bis in idem .....	193
5.1.8	Princípio da independência das instâncias .....	195
5.1.9	Princípio da retroatividade da lei mais benéfica .....	200
5.1.10	Princípio da irretroatividade das normas .....	204
5.2	Pressupostos objetivos para a responsabilidade financeira .....	207
5.2.1	Pressupostos objetivos para a responsabilidade financeira reintegratória .....	207
5.2.2	Pressupostos objetivos para a responsabilização financeira sancionatória .....	214
5.3	Pressupostos subjetivos para a responsabilização financeira .....	216
5.4	Pressupostos para a responsabilização trazidos pela LINDB .....	220
5.4.1	Art. 22 da LINDB: avaliação da antijuridicidade e da culpabilidade do fato típico administrativo .....	220
5.4.2	Art. 28 da LINDB: avaliação dos elementos subjetivos do tipo administrativo .....	224
5.4.3	Dever de fundamentação reforçado .....	226
5.5	Precedentes sobre responsabilização .....	227
5.5.1	Responsabilização dos licitantes por fraude à licitação .....	227
5.5.2	Responsabilização de particulares estranhos à Administração Pública por débito e multa .....	229
5.5.3	Responsabilização de empregados de entidade privada .....	230
5.5.4	Responsabilização de administradores de entidade privada .....	231

5.5.5	Responsabilidade de pessoas jurídicas de direito privado e seus dirigentes na condição de gestores de recursos públicos.....	232
5.5.6	Responsabilização de pessoas jurídicas no âmbito do Programa Farmácia Popular do Brasil .....	232
5.5.7	Responsabilidade de agentes políticos.....	232
5.5.8	Responsabilidade dos prefeitos em face de recursos transferidos aos municípios mediante convênio e instrumentos congêneres.....	233
5.5.9	Responsabilidade de parecerista jurídico .....	236
5.6	Precedentes a respeito da configuração de erro grosseiro em contratações públicas .....	237
5.6.1	Ausência ou imprecisão nos critérios de medição definidos no edital, seguida da alteração irregular do contrato sem a devida fundamentação.....	237
5.6.2	Republicação de edital de licitação contemplando os mesmos indícios de irregularidades cientificados pelo TCU.....	239
5.6.3	Aprovação e ratificação de dispensa de licitação sem o cumprimento dos requisitos legais.....	240
5.6.4	Emissão de parecer jurídico com ausência de manifestação sobre cláusulas restritivas e sobre fixação de valor mínimo de remuneração.....	241
5.6.5	Abertura de licitação com base em orçamento deficiente .....	242
5.6.6	Atuação de dirigente em situação de conflito de interesse.....	244
5.6.7	Não adoção de providências em virtude de significativo atraso na execução do objeto por empresa contratada, gerando prejuízo à Administração Pública .....	245
5.6.8	Não exigência de comprovantes dos cachês pagos a artistas em contratos de eventos.....	247
5.6.9	Realização de pagamento antecipado sem a previsão no edital e sem a exigência de garantias .....	247

## CAPÍTULO 6

ORGANIZAÇÃO, ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DO TCU .....	249	
6.1	Organização e estrutura.....	249
6.2	Competências do Plenário.....	250
6.3	Competência das câmaras .....	252
6.4	Ministros .....	253
6.5	Ministros-substitutos.....	254
6.6	Ministério Público junto ao TCU (MPTCU).....	254
6.7	Secretaria.....	256

## PARTE II PROCESSO DE CONTROLE EXTERNO

### CAPÍTULO 7

PROCESSO DE CONTROLE EXTERNO.....	265	
7.1	Jurisdição .....	265
7.2	Processo e procedimento .....	267
7.3	Tipos de processo.....	273
7.3.1	Processos de contas do presidente da república .....	273
7.3.2	Processos de contas dos demais administradores e responsáveis.....	274
7.3.3	Processos de tomada de contas especial.....	275
7.3.4	Processos de apreciação de atos de pessoal.....	276
7.3.5	Processos de fiscalização .....	276
7.3.5.1	Processos de auditoria .....	277
7.3.5.2	Processos de denúncia .....	277
7.3.5.3	Processos de representação .....	278
7.3.5.4	Processos de monitoramento .....	278
7.3.5.5	Processos de acompanhamento.....	279
7.3.6	Processos de consulta.....	280
7.3.7	Processos de solicitação do Congresso Nacional .....	280

CAPÍTULO 8	
PRINCÍPIOS PROCESSUAIS APLICÁVEIS .....	283
8.1 Princípio do contraditório e da ampla defesa .....	283
8.2 Princípio da individualização da conduta .....	291
8.3 Princípio da mutabilidade da demanda.....	293
8.4 Princípio da consubstanciação.....	293
8.5 Princípio da motivação .....	294
8.6 Princípio da congruência ou adstrição .....	295
8.7 Princípios do formalismo moderado e da verdade real.....	296
CAPÍTULO 9	
PARTES.....	297
9.1 Responsáveis .....	297
9.2 Interessados .....	299
9.2.1 Procedimento de habilitação como interessado.....	302
9.2.2 Interessado em processos de pessoal.....	303
9.2.3 Interessado em processos com destinatários indeterminados.....	304
9.3 <i>Amicus curiae</i> .....	306
9.4 Direito das partes e interessados.....	308
9.5 Representação processual.....	310
CAPÍTULO 10	
DISTRIBUIÇÃO DO PROCESSO .....	313
CAPÍTULO 11	
ETAPAS DO PROCESSO DE CONTROLE EXTERNO .....	317
11.1 Instrução.....	317
11.1.1 Atribuições da secretaria.....	317
11.1.2 Atribuições do relator.....	319
11.1.2.1 Suspeição e impedimento.....	321
11.1.3 Sobrestamento.....	324
11.1.4 Análise de admissibilidade de representações, denúncias, consultas e solicitações .....	325
11.1.4.1 Denúncias e representações .....	325
11.1.4.2 Consultas.....	328
11.1.4.3 Solicitações.....	330
11.1.5 Citação, audiência, oitiva e diligência.....	330
11.1.6 Apresentação de alegações de defesa, de razões de justificativa e de documentos novos.....	335
11.1.7 Memorial.....	336
11.1.8 Aproveitamento de defesa .....	338
11.1.9 Defesa em oitiva.....	338
11.1.10 Efeitos da revelia.....	338
11.2 Parecer do Ministério Público junto ao TCU .....	339
11.3 Julgamento ou apreciação .....	340
11.3.1 Pauta de julgamento.....	340
11.3.1.1 Inclusão em pauta de processos de alto risco e relevância.....	341
11.3.2 Rito da sessão .....	343
11.3.2.1 Discussão.....	343
11.3.2.2 Pedido de vista.....	344
11.3.2.3 Retomada da discussão.....	345
11.3.2.4 Adiamento da discussão.....	346
11.3.2.5 Sustentação oral .....	346
11.3.2.6 Votação.....	347
11.3.2.7 Desempate .....	350
11.3.2.8 Proclamação do resultado e demais providências.....	351
11.3.3 Decisão em processos de contas .....	352
11.3.3.1 Critérios para o julgamento das contas .....	352
11.3.3.2 Análise da resposta da citação .....	356

11.3.3.2.1	Boa-fé de pessoas jurídicas de direito público .....	358
11.3.3.2.2	Boa-fé de pessoas jurídicas de direito privado .....	359
11.3.3.2.3	Requerimento de pagamento parcelado do débito após a citação .....	359
11.3.3.3	Apresentação das contas em resposta à citação.....	361
11.3.3.4	Dever de enfrentar os argumentos apresentados.....	362
11.3.3.5	Responsável ouvido apenas em audiência em processo de contas .....	363
11.3.3.6	Julgamento de pessoas privadas.....	364
11.3.3.7	Análise da resposta da audiência .....	364
11.3.3.8	Expedição de determinações .....	365
11.3.3.9	Condenação em débito.....	365
11.3.3.10	Contas iliquidáveis.....	371
11.3.3.11	Arquivamento pela ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento do processo.....	372
11.3.3.12	Arquivamento de tomadas de contas de baixo valor .....	375
11.3.4	Decisão em processos de fiscalização de atos e contratos.....	377
11.3.4.1	Determinações, ciências e recomendações .....	378
11.3.4.2	Controle subjetivo .....	380
11.3.4.3	Controle corretivo .....	381
11.3.5	Dever de fundamentação .....	382
11.3.6	Consequências do falecimento do responsável (pessoa física) ou extinção da pessoa jurídica.....	385

## CAPÍTULO 12

PROVAS.....	389	
12.1	Ônus da prova.....	393
12.2	Provas emprestadas.....	396
12.3	Prova de sobrepreço .....	398
12.4	Força probatória dos documentos públicos.....	399
12.5	Alegação de dificuldade de obtenção da prova .....	400
12.6	Prova de caso fortuito ou força maior .....	401
12.7	Prova de fato novo em recurso de reconsideração .....	402
12.8	Exigência de prova específica .....	402
12.9	Fotografias e declarações .....	405
12.10	Prova diabólica.....	406

## CAPÍTULO 13

EXECUÇÃO DAS DECISÕES .....	409	
13.1	Autorização de pagamento parcelado .....	410
13.2	Pagamento integral da dívida.....	413
13.3	Cobrança da dívida .....	413
13.4	Compensação de dívidas.....	415
13.5	Demais efeitos das decisões condenatórias em processos de contas .....	419

## CAPÍTULO 14

COMUNICAÇÕES.....	421	
14.1	Regras gerais das comunicações processuais emitidas pelo TCU.....	421
14.2	Comunicação relativa aos processos de verificação dos atos de pessoal .....	425
14.3	Conteúdo das comunicações.....	425
14.3.1	Conteúdo comum de todas as comunicações.....	425
14.3.2	Conteúdo da citação.....	426
14.3.3	Conteúdo da audiência.....	427
14.3.4	Conteúdo da comunicação de rejeição das alegações de defesa.....	427
14.3.5	Conteúdo da oitiva da entidade fiscalizada e do terceiro interessado prévia ao controle corretivo de atos e contratos.....	428
14.3.6	Conteúdo da oitiva do licitante fraudador com vista à eventual aplicação da sanção do art. 46 da LOTCU .....	428
14.3.7	Conteúdo da notificação .....	428
14.3.8	Conteúdo da diligência.....	429
14.3.9	Conteúdo da adoção de medida cautelar e/ou de sua oitiva .....	429
14.4	Destinatários das comunicações.....	429



14.5	Precedentes relevantes sobre as comunicações do Tribunal .....	430
CAPÍTULO 15		
	NULIDADES PROCESSUAIS .....	431
15.1	Nulidades absolutas.....	432
15.2	Nulidades relativas.....	436
15.3	Procedimento .....	437
CAPÍTULO 16		
	PRAZOS .....	441
CAPÍTULO 17		
	PROCEDIMENTO CAUTELAR .....	447
17.1	Afastamento temporário.....	451
17.2	Decretação de indisponibilidade dos bens .....	452
17.3	Arresto.....	456
17.4	Cautelares suspensivas de atos, contratos e provimentos.....	458
CAPÍTULO 18		
	DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA .....	463
18.1	Requisitos.....	466
18.2	Alcance .....	467
18.3	Competência.....	471
18.4	Desconsideração da personalidade jurídica para fins de aplicação de sanção..	472
CAPÍTULO 19		
	RECURSOS .....	475
19.1	Requisitos de admissibilidade .....	475
19.1.1	Cabimento.....	478
19.1.2	Legitimidade.....	478
19.1.3	Interesse para recorrer .....	479
19.1.4	Inexistência de fato extintivo ou impeditivo do poder de recorrer.....	480
19.1.5	Tempestividade.....	481
19.1.6	Regularidade formal .....	483
19.2	Efeitos dos recursos .....	484
19.2.1	Efeito devolutivo.....	484
19.2.2	Efeito suspensivo .....	486
19.2.3	Efeito translativo .....	489
19.3	Princípios recursais.....	490
19.3.1	Princípio da taxatividade.....	490
19.3.2	Princípio da unicidade recursal ou da singularidade ou da unirrecorribilidade .....	491
19.3.3	Princípio da não supressão de instância .....	493
19.3.4	Princípio da fungibilidade recursal.....	494
19.3.5	Princípio do non reformatio in pejus .....	494
19.3.6	Princípio da voluntariedade recursal .....	496
19.3.7	Princípio da dialeticidade.....	496
19.3.8	Princípios da vedação à complementaridade.....	497
19.3.9	Princípio da adstrição ou congruência recursal .....	498
19.4	Espécies recursais .....	499
19.4.1	Recurso de reconsideração .....	499
19.4.2	Recurso de revisão.....	502
19.4.3	Agravo.....	505
19.4.4	Embargos de declaração .....	507
CAPÍTULO 20		
	PRESCRIÇÃO .....	513
20.1	Posicionamento inicial do TCU e do STF sobre o tema .....	513
20.2	Alteração da jurisprudência do STF.....	514



20.3	Regulamentação pelo TCU.....	517	
20.3.1	Contagem da prescrição .....	517	
20.3.2	Prescrição intercorrente .....	519	
20.3.3	Demais disposições sobre o tema .....	522	
CAPÍTULO 21			
DECADÊNCIA.....			525
21.1	Decadência administrativa.....	526	
21.2	Decadência e os processos de controle externo.....	527	
CAPÍTULO 22			
PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO DE DESESTATIZAÇÃO.....			535
22.1	Acompanhamento do planejamento da desestatização.....	536	
22.2	Acompanhamento dos atos de desestatização .....	537	
22.3	Acompanhamento dos contratos e termos aditivos referentes a concessões e permissões .....	543	
CAPÍTULO 23			
PROCESSO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS EM ATENDIMENTO ÀS LEIS DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS .....			545
23.1	Rito do procedimento cautelar de bloqueio e desbloqueio da execução do orçamento de contratos de obras públicas no âmbito do Congresso Nacional.	548	
23.2	Rito do processo de controle externo de fiscalização de obras públicas em atendimento às Leis de Diretrizes Orçamentárias.....	560	
23.2.1	Etapas preparatórias da execução das fiscalizações .....	562	
23.2.2	Execução das fiscalizações.....	562	
23.2.3	Comunicação ao Congresso Nacional .....	566	
23.2.4	Etapas processuais subsequentes .....	567	
23.2.5	Consolidação do Fiscobras .....	570	
CAPÍTULO 24			
PROCESSO DE APRECIÇÃO DE ATOS DE PESSOAL PARA FINS DE REGISTRO..			573
24.1	Atuação do órgão de pessoal .....	575	
24.2	Atuação do órgão de controle interno .....	575	
24.3	Atuação do TCU.....	576	
CAPÍTULO 25			
IMPACTO DA LEI Nº 14.133/2021 SOBRE O PROCESSO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS.....			581
25.1	Estrutura do controle das contratações públicas .....	581	
25.2	Falhas formais .....	584	
25.3	Irregularidades que configurem dano.....	585	
25.4	Irregularidades que não configuram dano .....	587	
25.5	Contraditório.....	587	
25.6	Direito de representação.....	588	
25.7	Processo de fiscalização .....	589	
25.8	Processo cautelar.....	591	
25.9	Regras aplicáveis à decisão pela invalidação de contratos.....	592	
25.10	Fiscalização da ordem cronológica de pagamentos .....	596	
CAPÍTULO 26			
OUTRAS QUESTÕES RELEVANTES INERENTES AO DIREITO PROCESSUAL.....			599
26.1	Cooperação ou colaboração direta .....	599	
26.2	Participação em soluções conciliatórias no âmbito da Administração Pública.	600	
26.3	Prioridade de julgamento.....	605	
26.4	Ordem cronológica para julgamento de processos.....	606	
26.5	Participação em acordos de não persecução cível.....	607	
REFERÊNCIAS.....			609